

Discurso de posse do procurador-geral de Justiça – 14/01/2019

Não é o ódio que conduz um soldado à luta no campo de batalha, mas o amor a todas as coisas que deixa em casa. Eu acredito nos homens e mulheres virtuosos, cuja coragem nasce do amor e não aceitam a desgraça em silêncio, mas lutam para construir pontes de esperança. Encontrei-os nesta Instituição em todos os cargos por onde passei durante os meus 25 anos de carreira; encontrei-os, sobretudo, em meu gabinete e por esses corredores durante os últimos dois anos. Porém, era necessário fazê-los saber que não estavam sozinhos.

Se pela amizade amamos e odiamos as mesmas coisas, posso dizer que, nos dois anos que se passaram, encontrei nos servidores, promotores e procuradores de Justiça dessa casa, amigos verdadeiros e leais, pessoas comprometidas e engajadas na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de mazelas. E é na força de cada um desses homens e mulheres que compartilham comigo a revolta pela degradação de nosso Estado que encontro a esperança necessária a enfrentar mais dois anos à frente da chefia do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, para cumprir a missão que tanto me inspira e motiva: defender tudo o que é bom, verdadeiro e justo.

Mas como discernir quais os melhores caminhos a tomar em meio ao alvorecer de uma nova era?

O mundo em que crescemos, a realidade que nossos pais e avós conheciam foi devastada pela poderosa e implacável onda de transformações tecnológicas que vêm progressivamente reformulando os paradigmas sociais existentes. Não por acaso a palavra da moda é “disrupção”. O big data, a internet das coisas, a inteligência artificial e o blockchain materializam um presente mais surpreendente do que as mais visionárias narrativas de ficção científica.

Estariam as Instituições públicas imunes a esse processo?

Estariamos nós, operadores do direito, protegidos da disrupção?

Em nossas últimas eleições nacionais e estaduais, presenciamos a impensável quebra do monopólio da informação da imprensa. As redes sociais tornaram-se a principal arena de debates, lançando aos políticos, aos gestores públicos e ao mundo jurídico uma série de novos desafios.

A possibilidade de manifestação direta dos cidadãos fez emergir o descontentamento com a velha política personalista das negociatas e trocas de favores espúrios, dos monopólios políticos e das oligarquias que se perpetuaram por anos e anos no poder, verdadeiro estelionato eleitoral. Cansados de se sentirem reféns de gestores irresponsáveis, envolvidos com milícias e com o crime organizado, os cidadãos decidiram depositar suas esperanças em candidatos principiantes na política. Nesse contexto, o peso da responsabilidade sobre os recém-eleitos é ainda maior.

É importante frisar que o Estado não pode renunciar sua função de indutor de políticas públicas. A omissão estatal propicia um poder paralelo e anárquico, que leva a uma situação de desmandos e desgovernos. É o que ocorre hoje em dia com as milícias. Com a conivência e leniência de autoridades públicas essas organizações paramilitares se apropriaram do Rio de Janeiro. Representam uma nova e perversa forma de plantar o terror e o medo na sociedade e, quando confrontadas pelo aparato estatal, reagem com severos ataques a bens públicos e ameaças a autoridades sempre incutindo o temor generalizado. Não tenho dúvidas em afirmar que o caso Marielle Franco e Anderson Gomes está relacionado a essas organizações criminosas. Espero que o lamentável episódio ocorrido ontem com a Deputada Estadual Martha Rocha, não seja mais um capítulo dessa triste e grave história.

No pleito para o comando do Ministério Público fluminense no atual biênio, reafirmamos nosso compromisso com a continuidade do trabalho de renovação do modelo de atuação institucional com enfoque na resolutividade e no comprometimento com a entrega de resultados. Defendemos a integração interna e a articulação institucional, com a priorização da fiscalização e da proposição de políticas públicas preventivas, além de ressaltarmos a urgente necessidade de utilizarmos inovações tecnológicas, a fim de efetivamente realizar os princípios da integridade, da transparência e da participação cidadã.

Vivenciamos então a incomum situação da candidatura única, acompanhada por um expressivo comparecimento dos membros às urnas, com quase 94% de aprovação. Experiência que nos sinalizou estarmos na direção certa, unidos, coesos, compartilhando dos mesmos propósitos e ideais.

Nesse contexto, Senhor Governador, em nome da legitimidade a mim outorgada por todos os promotores e procuradores de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, não posso deixar de ressaltar que, em uma eleição com lista tríplice, a escolha do candidato mais votado representa um verdadeiro dogma institucional no MPRJ e revela a crença na harmonia e na independência dos poderes e das funções estatais como componentes irrenunciáveis de uma gestão pública democrática e livre de interferências externas.

A Carta Magna atribuiu ao *Parquet* a missão de fiscal da lei e de defensor da ordem jurídica e do regime democrático. Seus integrantes ocupam o honroso posto de servidores públicos e detêm amplos poderes de investigação. Por isso mesmo, não podemos jamais esquecer das ações e das omissões que nos conduziram à situação tão caótica em que nos encontramos. Fazemos, então, uma vez mais, nossa *mea culpa* à população fluminense e reassumimos o compromisso de continuarmos engajados em levar essa autocrítica a todos os limites que se façam necessários.

Saibam todos vocês que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro atuará sempre com a necessária firmeza, determinação e eficiência. Que cada cidadão tenha consigo essa certeza,

lembrando-se de que não são poucos os agentes públicos que já ocuparam assentos nesta mesa, mas que, ao cometerem ilícitos, foram denunciados, julgados, sentenciados e, até mesmo, encarcerados.

Não podemos esquecer que a corrupção, as milícias e o crime organizado matam direta e indiretamente, a curto e a longo prazo. Qualquer desvio de verbas, superfaturamento, concessões indevidas de benefícios ou isenções fiscais afeta toda a sociedade e decorre em: menos leitos hospitalares, menos vagas em escolas, mais desmatamento de áreas de preservação, pior fiscalização de encostas, mais latrocínios e mais violência doméstica. As consequências da criminalidade vão se acumulando em uma espiral ascendente sem fim. E nenhuma condenação por improbidade administrativa, ainda que implique na devolução dos valores desviados, é capaz de reaver verdadeiramente os prejuízos causados: o tempo das crianças sem escola, a biodiversidade perdida, os idosos abandonados, os doentes desamparados e as famílias destruídas.

O Ministério Público contemporâneo trabalha com a antecipação estratégica e a prevenção planejada de danos. Trata-se de uma instituição integrada e articulada interna e externamente, que busca na inovação tecnológica os modos para se proceder à análise de dados acerca da realidade estatal. Somente dessa forma será possível reverter nossa situação atual e buscar a tão almejada melhora do ambiente de negócios de nosso Estado. Atrair investimentos, elevar o nível de desenvolvimento econômico-social

e, conseqüentemente, o grau de prosperidade e de qualidade de vida da população são reflexos naturais da efetiva realização de nossa missão institucional.

Para tanto, é necessário darmos total transparência aos negócios públicos, constituirmos mecanismos de resolutividade e de prevenção de conflitos, desenvolvermos e aperfeiçoarmos sistemas extrajudiciais visando à redução dos elevados índices de judicialização. Precisamos ainda ampliar os mecanismos de participação cidadã, realizar a radical abertura dos dados governamentais e virtualizar as rotinas e os processos de produção. É necessário também aproximar as instituições, criar protocolos integrados para o trato de questões comuns, otimizar o compartilhamento de dados e constituir rotinas de trabalho, de avaliação e de acompanhamento de políticas públicas. Urge que o setor público se enxergue!

Foi com esses objetivos em mente que criamos o projeto “Ministério Público em Mapas”, que conjuga uma série de ferramentas de tecnologia da informação, como plataformas de georreferenciamento, cruzamento de análises estatísticas, painéis de indicadores socioeconômicos e robôs para mineração de dados. Todas visando dar ao cidadão a possibilidade de visualizar os equipamentos públicos e o verdadeiro destino dos seus impostos. O Ministério Público caminha para ser uma grande fonte de dados e informações qualificadas.

Senhor Governador, ciente das dificuldades existentes para o equacionamento do orçamento, não posso deixar de louvar o compromisso público assumido por Vossa Excelência de respeitar a autonomia financeira outorgada pela Constituição Federal aos órgãos estatais independentes. Tenha plena convicção de que nossa contrapartida à integridade do regime de duodécimos, indispensável ao financiamento das atividades ministeriais, continuará, como nos últimos anos, a se expressar na abertura dos dados, na ênfase em mecanismos de governança, na busca por gestões públicas de excelência; iniciativas que visam à economia, à transparência e, sobretudo, à eficiência na utilização dos recursos públicos.

Desejo-lhe, por fim, o mais elevado êxito na aplicação de seus planos de governo, pois o seu sucesso representa o nosso bem comum. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro está aberto ao diálogo e à integração para enfrentarmos os desafios dos próximos anos.

Senhores servidores, promotores e procuradores de Justiça do *Parquet* fluminense, no dia de hoje, 14 de janeiro de 2019, um novo ciclo se inicia, portanto, conclamo todos a lutarem por nossa Instituição, a unirem-se pela sua modernização, porque ela está na linha de frente da defesa dos ideais republicanos. Como defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, o Ministério Público é o guardião de nossas casas, nossas famílias, nossas liberdades e nossos valores

mais elevados. Somos guardiões de tudo aquilo que merece ser reverenciado, honrado e, sobretudo, amado.

Que a verdade, a coragem e a justiça sejam as marcas do biênio que se inicia e que cada um de nós seja digno da missão sublime de guardião dos direitos da sociedade fluminense.

Muito obrigado.